

Manoel Potiguar
Hermógenes J. Sá de Oliveira

Planejamento estratégico para o

**fortalecimento
do arranjo
produtivo local
da cadeia de valor
do açaí do marajó**

Uma construção coletiva e territorial



**Planejamento estratégico para
o fortalecimento do arranjo produtivo
local da cadeia de valor do açaí do marajó**

*Uma construção coletiva e territorial
1ª Edição*

Instituto Peabiru

PARCEIRAS
MMA
Ministério do Meio Ambiente

CODETEM
Colegiado de Desenvolvimento
Territorial do Marajó

Lupa Marajó

PNUD
Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento

Manoel Potiguar
Hermógenes J. Sá de Oliveira

Planejamento estratégico para o

**fortalecimento
do arranjo
produtivo local
da cadeia de valor
do açaí do marajó**

Uma construção coletiva e territorial



Equipe

Diretor Geral

João Meirelles Filho

Coordenador Geral

Hermógenes Sá

Gerente de Projetos

Manoel Potiguar

Comunicação

Tiago Chaves

Gerente Financeiro

Maíra Parente

Projeto Gráfico

Mapinguari Design

As opiniões externadas nas contribuições desta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Proibida a reprodução deste, parcial ou por inteiro, sem a autorização do Instituto Peabiru.

Instituto Peabiru

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

Rua Ó de Almeida, 1083

Reduto 66053-190

Belém PA

+55 91 3222 6000

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Potiguar, Manoel

Planejamento estratégico para o fortalecimento do arranjo produtivo local da cadeia de valor do açaí do Marajó: uma construção coletiva e territorial / Manoel Potiguar, Hermógenes J. Sá de Oliveira. – Belém: Instituto Peabiru, 2016.

97 p.: il.; 23 cm

Inclui bibliografias

ISBN: 978-85-62231-04-9

1. Planejamento estratégico – Marajó. 2. Açaí – Marajó. 3. Marajó.
1. Oliveira, Hermógenes J. Sá de. II. Título.

CDD 22. ed. 338.174974098115

sumário

- 7 Introdução
- 8 O Marajó
- 10 Atuação do Instituto Peabiru no território marajoara
- 18 Plano Nacional da Sociobiodiversidade
- 22 O projeto: Fortalecendo os APLs da sociobiodiversidade marajoara
- 26 Metodologia
- 34 Mapeamento da cadeia de valor do açaí
- 35 Identificação das etapas e atores da cadeia
- 36 Etapas da cadeia
- 38 Atores da cadeia
- 56 Mapa da cadeia de valor do açaí do Marajó

58	Planejamento estratégico
59	Gargalos e oportunidades
60	Visão de futuro
61	Plano de ações
61	Fortalecimento das organizações
63	Integração regional
76	Núcleo gestor do APL do açaí
80	Considerações finais
88	Referências bibliográficas
90	Apêndice – Açaí: Novos desafios para o desenvolvimento local



1.1 O Marajó

A Mesorregião do Marajó é uma região singular, localizada no estuário dos rios Amazonas e Tocantins, por onde passa 1/4 da água doce dos rios da Terra, constituindo-se no maior arquipélago fluviomarinho do planeta. Sua superfície, de 10,4 milhões de hectares, percorre 16 municípios do Estado do Pará, dimensão maior que seis estados brasileiros como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Do ponto de vista ambiental, o Marajó é considerado uma das mais importantes zonas úmidas tropicais do Planeta. Apresenta conjunto de ecossistemas do bioma amazônico e costeiro, de grande complexidade biológica, com diversas ocorrências de endemismos, e espécies ameaçadas, como as 5 espécies de tartarugas marinhas e as 2 espécies de peixe-boi (única região do mundo onde convivem). Existe apenas uma unidade de proteção integral e as demais Unidades de Conservação não chegam a 1 milhão de hectares, demonstrando que o zoneamento ecológico econômico não está implementado e as espécies ameaçadas não possuem o devido monitoramento.

Em termos sociais, o Marajó infelizmente se enquadra como uma das regiões mais pobres do país segundo os dados oficiais. Para o IBGE (2010), a população total do território é de 487.161 habitantes, dos quais 275.700 vivem na área rural, o que corresponde a 56,59% do total. Possui 23.034 agricultores familiares, 14.618 famílias assentadas e 18 comunidades quilombolas (MDA 2013). Seu IDH médio (IBGE 2010) é um dos mais baixos do país, 0,63; o município Melgaço, um de seus 16 municípios, tem o pior IDH entre todos os municípios brasileiros, 0,42.

Na cultura, o Marajó é sem dúvida uma região com identidade cultural clara e consolidada. O Território possui patrimônio material de destaque, apresentando conjunto único de sítios arqueológicos, porém, ameaçados e desprotegidos; detém patrimônio imaterial (mitologia, linguajar, folclore, danças, festejos, culinária etc.) subvalorizados e também ameaçados, além de grande riqueza popular quanto aos conhecimentos sobre o uso dos recursos florestais.

1.2 Atuação do Instituto Peabiru no Território Marajoara

Em 2010, o Instituto Peabiru iniciou o Programa Viva Marajó, com o objetivo de contribuir para a implementação e consolidação de áreas protegidas do Arquipélago do Marajó, para a melhoria da qualidade de vida, a conservação da biodiversidade e da cultura e promoção da sustentabilidade. O primeiro projeto deste Programa, financiado pelo Fundo Vale, realizou uma ampla pesquisa socioeconômica que resultou em dois diagnósticos sobre a região.

O primeiro Diagnóstico, denominado Escuta Marajó (PEABIRU, 2010), de caráter qualitativo, ouviu diferentes segmentos da população marajoara – de representantes do poder público ao caboclo ribeirinho –, em todos os 16 municípios que compõem o território. Como resultado, obteve-se um panorama geral sobre o Marajó, desde a identificação de problemas gerais, principalmente relacionados à falta de implementação de políticas públicas, a ações bem sucedidas – como o processo de regularização fundiária, através

dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Estes resultados suscitaram a necessidade em se compreender melhor a dinâmica produtiva do Marajó.

Assim, surge o segundo estudo, o Diagnóstico das Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas do Marajó: Açai, Mandioca, Pesca Artesanal e Pecuária (PEABIRU, 2011). Esta pesquisa, realizada em 4 municípios do Marajó (Currallinho – cadeia de valor do açaí; Salvaterra e Soure – Cadeias de valor da Pesca artesanal e pecuária, respectivamente; e Portel – Cadeia de valor da mandioca), buscou, através da abordagem de cadeias de valor, compreender a dinâmica desses produtos, ao analisar as relações de poder intrínsecas à produção e comercialização.

O objetivo deste diagnóstico foi mapear e analisar a realidade socioeconômica e ambiental das cadeias de valor do açaí, mandioca, pesca e pecuária, especialmente importantes para a sobrevivência da população do Marajó, e como elemento potencial para estruturar o crescimento da economia local em bases sustentáveis (PEABIRU, 2011).

O estudo das cadeias de valor sustentáveis e inclusivas possibilitou refletir sobre políticas de desenvolvimento local capazes de atender às necessidades básicas da população e ajudar a superar os efeitos nocivos da cadeia.

Compreender a dinâmica das cadeias de valor pode propiciar estratégias para a criação de condições para fixar pessoas no território, mediante iniciativa empresarial que estimule a difusão de tecnologias na agricultura familiar, em bases sustentáveis, como alternativas de desenvolvimento, e defendendo a integridade dos interesses das comunidades locais, uma vez que o interesse não é produzir convergências entre economias diferentes (PEABIRU, 2011).

Estes estudos apontam as debilidades locais, em especial com relação à aplicação de políticas públicas, quase inexistentes no território, excluindo o marajoara do acesso a direitos básicos como saúde e educação de qualidade. Todavia, apontaram também a grande força que os movimentos sociais locais exercem na luta pelo acesso pleno a esses direitos. Nesse sentido, o Instituto Peabiru buscou, em seus projetos, a atuação em redes de parcerias com instituições locais, em especial com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó - CODETEM e com a ONG Lupa Marajó, com vistas à potencialização dessas “forças” sociais locais. Os projetos para o Território são pensados em conjunto com estes parceiros e em resposta às demandas locais, dentro de uma estratégia que prima pelo fortalecimento das capacidades organizativas e produtivas das comunidades, relacionando capital social com aspectos produtivos. Surgem assim os Projetos Marajó Viva Pesca, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE), Embarca Marajó e o Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL das cadeias de valor do açaí e da andiroba do Marajó, este último objeto da presente publicação.

a) Marajó Viva Pesca

Projeto desenvolvido no município de Currallinho, mais precisamente junto às comunidades e congregações do Rio Canaticu, com cerca de 1500 famílias, foi pensado e elaborado com a rede de parceiros locais como o Lupa Marajó, a Colônia de Pescadores Z-37 e a Central de Associações do Rio Canaticu. Este projeto, patrocinado pela Petrobrás, através do Programa Petrobrás Socioambiental, e Governo Federal tem como objetivo a recuperação e conservação dos estoques pesqueiros do Rio Canaticu através de acordos de pesca comunitários, com subsídio de pesquisadores da UFPA e Educação Ambiental para jovens e adolescentes moradores do rio;

b) ATER Marajó

Este projeto visa prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão rural para mais de 600 famílias residentes em 5 PAEs localizados nos municípios de Ponta de Pedras e Cachoeira do Arará (Ponta de Pedras – Santana, Setubal e Soberana; Cachoeira do Arará – Xipaiá e

Urubuquara), com foco na produção de açaí e pescado. É parte da Chamada pública do IN-CRA, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social;

c) Embarca Marajó

Com o objetivo de Implementar ações de desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável, visando fortalecer processos de desenvolvimento local integrado a políticas públicas no Marajó, este projeto, desenvolvido em parceria com Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB e o Instituto Vitória Régia, e apoiado pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, além da rede de parcerias locais, atua em 10 municípios do Marajó (Soure, Salvaterra, Ponta de Pedras, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Currallinho, Bagre, Breves, Melgaço e Portel). Atua em três eixos:

1. Socioprodutivas

Implementação dos Centros de Difusão de Boas Práticas Socioprodutivas – Centros DIBOA,

oportunidade onde se valoriza as boas experiências produtivas e de organização social marajoaras para as cadeias de valor do açaí, andiroba e camarão regional, através de intercâmbios locais;

2. 3º Setor Local

Incubação de uma organização da sociedade civil local, a ONG Lupa Marajó, fortalecendo sua capacidade de captação de recursos e execução de projetos;

3. Artístico

Apoio a uma organização cultural local na elaboração de um filme e realização de um festival de cinema no Marajó.

d) Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do açaí e da andiroba do Marajó

Subsidiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, este projeto, tema desta publicação, foca no fortalecimento das organizações sociais para o desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – *APL's* do açaí e da andiroba no Marajó. Iniciado ainda em 2013, através do Acordo de Subvenção 22549/2012, este Projeto buscou mapear, elaborar Plano estratégico de melhoramento dos *APL's* e promover uma série de Oficinas para o fortalecimento das organizações extrativistas locais. Suas etapas e resultados serão melhor apresentados ao longo desta publicação.

1.3 Plano Nacional da Sociobiodiversidade

Embasado nos conceitos de Cadeias de Valor Sustentáveis e promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade brasileira é que em 2009 surge o *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*. Este documento, interministerial, envolvendo os Ministérios do Desenvolvimento Agrário – MDA, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e Ministério do Meio Ambiente – MMA, é fruto das reivindicações da sociedade civil organizada e das representações dos povos e comunidades tradicionais, Indígenas e quilombolas, e representantes do setor empresarial, levantadas durante seminários regionais em todo o país, e finalizado durante o Seminário Nacional de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: *Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis*, ocorrido em Brasília em julho de 2008.

Este Plano, que tem como objetivo principal *desenvolver ações integradas para a promoção*

e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis, está alicerçado em 10 diretrizes estratégicas:

- a) promover a conservação e uso sustentável da biodiversidade;
- b) promover o reconhecimento do direito dos povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e agricultores familiares ao acesso aos recursos da biodiversidade e à repartição justa e equitativa de benefícios;
- c) promover a valorização e respeito da diversidade cultural e conhecimento Tradicional;
- d) promover a segurança alimentar e nutricional a partir da alimentação diversificada;
- e) buscar a agregação de valor socioambiental, com geração de emprego, renda e inclusão social;
- f) construir e consolidar mercados regidos por valores de cooperação, solidariedade e ética;
- g) adotar a abordagem de cadeias e arranjos produtivos, o enfoque participativo, territorial e sistêmico como elementos de concepção e

implementação do Plano;

h) promover o empoderamento e controle social;

i) promover a articulação intra e interinstitucional, e intersetorial;

j) implementar uma estrutura de gestão com base no compartilhamento de responsabilidades entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada.

Nesta perspectiva é que em 2012 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, lançam a solicitação de propostas de projeto SPD – 16113/2012, que visou a seleção de propostas para o fortalecimento das cadeias de valor do açaí e da andiroba no Marajó, no âmbito do Projeto BRA/08/012. Atendendo a esta demanda é que o Instituto Peabiru lança o Projeto *Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL's de açaí e andiroba no Marajó (PA)*.

2

O Projeto Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais – APL's de açaí e andiroba no Marajó (PA)¹, com o objetivo de Elaborar e aprimorar a estratégia de melhoria do Arranjo Produtivo Local (APL) dos produtos da sociobiodiversidade açaí e andiroba no território marajoara, especialmente para a promoção da segurança alimentar e nutricional, e de geração de renda para populações agroextrativistas e Quilombolas, identificando e priorizando limitações e oportunidades de forma participativa, junto às instituições operadoras, prestadoras de serviços, de apoio, de fomento, e executoras de políticas públicas, buscou, em sinergia com as diferentes instituições representativas marajoaras, dentre as quais destaca-se pela força de articulação o Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó – CODETEM, compreender as dinâmicas

¹ Parte das informações contidas nesta publicação, referentes aos resultados da Oficina, foram extraídas do Relatório Técnico “RELATÓRIO DA ATIVIDADE 1.3, DO PROJETO DE FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – APL'S DO AÇAÍ E ANDIROBA NO MARAJÓ: Oficina de elaboração de estratégia de promoção da Cadeia de Valor do Açaí Marajoara”, escrito por Manoel Potiguar, gerente de Projetos, e o consultor Carlos Augusto Ramos (https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2012/09/apl_relato81rio-oficina-accca7aicc81.pdf).

que regem as cadeias de valor da andiroba e do açaí em todo o território marajoara.

Nesta perspectiva, foram elaboradas três metas principais, a saber:

- **Meta 1** – Planejamento Estratégico do Arranjo Produtivo Local (APL) do açaí e da andiroba no Marajó;
- **Meta 2** -Articulação dos elos da Cadeia Produtiva do açaí e da andiroba no âmbito do APL no Marajó;
- **Meta 3** - Capacitar e qualificar os operadores do APL do açaí e da andiroba no Marajó em processos de gestão de empreendimentos, boas práticas de produção e acesso a mercado com base nas Políticas Públicas.

A *Meta 1* concretizou-se durante os dias 20 a 24 de maio de 2013, na cidade de Belém/PA. Estiveram reunidos representantes dos diversos

elos das duas cadeias de valor, desde operadores, prestadoras de serviços, de apoio e de fomento, à executores de políticas públicas, com a finalidade de mapear e pensar estratégias de fortalecimento para as Cadeias de Valor, além da formação de um Núcleo Gestor dos APL's, responsável pelo monitoramento sobre o Plano de ações elaborado.

Para a *Meta 2* a estratégia foi a de proporcionar os encontros desse Núcleo Gestor para que os membros representantes pudessem dialogar e até mesmo estabelecer parcerias no sentido de potencializar ações que visassem o incremento das Cadeias de Valor, em especial ações que tivessem como foco o extrativista.

Já para a *Meta 3*, foi realizado um conjunto de Oficinas exclusivas para os extrativistas com a finalidade de fortalecer seus conhecimentos sobre acesso a mercados institucionais, boas práticas produtivas e gestão de empreendimentos.

2.1 Metodologia

Para se elaborar estratégias de fortalecimento para os Arranjos Produtivos da Cadeia de Valor do açaí (Meta 1), buscou-se como ferramenta principal as orientações do *Guia Metodológico de Implementação de Oficinas de Promoção de Cadeias de Valor*, através da metodologia participativa *Value Links*².

Esta metodologia propõe uma série de passos e procedimentos para que se alcance o resultado de forma a envolver a participação direta de todos os que atuam na cadeia.

Para se chegar ao Mapa da cadeia e o posterior Plano de Ações, com estratégias claras para seu fortalecimento, foram realizadas um total de

duas reuniões e uma Oficina. A primeira reunião, junto às lideranças do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó – CODETEM, teve como objetivo um pré-mapeamento das entidades que atuam diretamente na Cadeia de Valor do açaí no Marajó. Após a identificação desses atores, fez-se o convite para sua participação na 2ª Reunião, esta realizada no dia 16 de abril de 2013, com a participação de 34 pessoas, representantes dos diversos elos da cadeia e dos 16 municípios marajoaras, teve como objetivo o refinamento do mapeamento dos atores e da metodologia proposta para a Oficina posterior. Assim, entre os dias 20 a 24 de maio do mesmo ano, pôde-se realizar a Oficina de Planejamento Estratégico para o Fortalecimento do Arranjo Produtivo Local das Cadeias de Valor do Açaí e da Andiroba do Marajó, que contou com a participação, durante estes cinco dias, de 43 pessoas, representantes de todos os elos da cadeia.

² O manual utilizado foi o livro de referência para a metodologia *ValueLinks-B*, que é o nome dado à “compilação sistemática de métodos orientados à ação para promover o desenvolvimento econômico com inclusão social e produtiva de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAF’s) a partir de uma perspectiva de cadeia de valor, com respeito às especificidades culturais e à manutenção da qualidade ambiental, ou seja, com uma perspectiva da sustentabilidade dos meios de vida das populações tradicionais”. - Fonte: Manual *ValueLinks-B*, para Coordenação do Plano Nacional de Promoções das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

**Tabela 1 – Lista dos participantes na Planeja-
mento Estratégico para o Fortalecimento do
Arranjo Produtivo Local das Cadeias de Valor do
Açaí e da Andiroba do Marajó.**

Operadores/Prestadores de Serviço*	
Albertino Moura	AGRIÇAÇAIUN – Chaves
Benedito Serrão de Sá	AMOREMA
Carlos Santana de Jesus	STTR – Bagre
Fortunato Brito Gonçalves	AMOREMA
Francisco de Jesus Trindade	STTR – ATAIC
Izaias Moraes Martins	Umarizal
Janari Brito Gonçalves	AMOREMA
Lucidalva Silva Figueiredo	Assurema Resex – Soure
Malena Araújo	BERACA
Marcos Antonio Souto Maia	STTR – Bagre
Maria Leonor Soares Pinheiro	COOPMAR
Maria Sebastiana F. Silva	COPMAR
Micheli Marques da Conceição	AMOREMA
Miguel Baratinha de Moraes	Central de Associação
Ronaldo Rodrigues de Oliveira	STTR
Tamires Cruz	COOPEMAFLIMA

Walmir Gonçalves dos Santos	ATTA – Portel
Organismos de Apoio	
Bert Smit	GIZ
Carlos Augusto Ramos	Instituto Peabiru
Angela Amanakwa Kaxuyana	Instituto Peabiru
Catarina Bol	GIZ
Assunção Novaes	CODETEM
João Meirelles Filho	Instituto Peabiru
Cristiane Duarte	SENAR
Eduardo Assunção Junior	SENAR
Maíra Parente	Instituto Peabiru
Manoel Potiguar	Instituto Peabiru
Sandro José Lopes Pinheiro	EMATER – PA
Silvio Alexandre Ribeiro Santana	CNS
José Fabiano Farias da Silva	Lupa – Marajó
Leticia Sales da Costa Oliveira	CNS – GIZ

Savio Cunha	Banco da Amazônia
Sônia Cunha	Banco da Amazônia
Swellen Barbosa	Instituto Peabiru
Órgãos Reguladores	
Cláudio Sidonio	SEMMA – Muaná
Jorge Luis Coelho Magalhães	SAGRI
Marcus Baratinha Oliveira	SEMMA – Curralinho
Patrícia B. Sampaio	SESPA – DVS
Rejane Medeiros	ADEPARA
Renata Barbosa Parente	Devisa/SESMA
Selma Lisboa	SESPA – DVS
Silvia Galuppo	ICMBio
Stela Avelar	SESMA – Visa

Durante a Oficina, elaborou-se o Mapa da cadeia de valor, através do mapeamento da cadeia e análise de suas relações. Após esta etapa, passou-se para a elaboração do Plano de Ações para seu fortalecimento.



Figura 1 - Mapa – Identificação dos Elos da Cadeia de Valor do açai



Figura 2 - Mapa – Análise das relações na Cadeia de Valor do açai



Figura 4 - Participantes da Oficina



Figura 3 - Planejamento Estratégico – Elaboração do Plano de Ações

B

O Mapeamento da cadeia de valor do açai³ do Marajó foi elaborado a partir de um recorte sobre suas relações de produção e comercialização, compreendidas a partir da visão dos participantes da Oficina e segue a lógica empregada pela metodologia *ValueLinks* que estabelece conjunto de identificações gráficas, como cores e símbolos, para designar esses atores e essas relações, tal como descrito abaixo:

3.1 Identificação da etapas e atores da cadeia

O Mapa da cadeia de valor identifica as diferentes etapas as quais o produto percorre, desde sua extração, até os mercados onde o consumidor final tem acesso ao produto. Os atores são identificados de acordo com a forma como agem na cadeia, seja na obtenção do produto (operadores), na prestação de serviços (prestadores de serviço),

³Embora o Projeto **Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais do açai e da andiroba do Marajó** tenha realizado o mapeamento das cadeias de valor do açai e da andiroba, devido sua complexidade e maior relevância econômica e social para o território, além das limitações de uma publicação como esta, optou-se tão somente apresentar os resultados referentes à cadeia de valor do açai marajoara.

no acompanhamento e fortalecimento da produção (serviços de apoio), ou na regulamentação do produto (organismos reguladores). O Mapa traz ainda a forma gráfica em que cada ator se situa com relação às etapas de produção.

3.1.1 Etapas da cadeia

São identificadas no mapa por tarjetas brancas em forma de setas. Formam os diferentes pontos de transição e transmissão do produto, onde ele passa de um operador à outro, onde agrega valor.



Tabela 2 – Etapas da cadeia de valor do açaí no Marajó identificadas na Oficina

Etapa	Descrição da Etapa
Produção	Com atividades de plantio, limpeza dos açazais, desbaste de estipes e touceiras, raleamento.
Extração	Com ações de coleta, debulha e ensacamento dos frutos de açaí.
Transporte	Nesta etapa ocorre o armazenamento, o congelamento e o transporte propriamente dito, no Marajó sobre tudo por meio fluvial
Distribuição	Etapa caracterizada como importante, mas pouco considerada em estudos, com atividades de seleção/ triagem, armazenamento, transporte , congelamento e distribuição;
Beneficiamento	Com ações de obtenção do vinho popular do açaí (mercado local), ou em caso de industrialização ocorre lavagens, despulpamentos, congelamentos, branqueamento; em caso de uso cosmético, atuam as indústrias para este fim.

Comércio	Ocorre o transporte, a distribuição e a venda de açaí in natura ou processado;
Consumo	Nos mercados locais, estaduais, nacionais e internacionais; cabe também destaque para os mercados institucionais incentivados pelo Governo Federal através de seu Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que começam a ganhar destaque como consumidores do açaí marajoara.

3.1.2 Atores da cadeia

São 4 os Atores da Cadeia de Valor:

- Operadores da cadeia
- Prestadores de Serviço
- Serviços de Apoio
- Organismos Reguladores

OPERADORES DA CADEIA

Símbolo:



Operadores

São representados pelas tarjetas amarelas. São os atores que detêm o produto para si em algum momento, que o adquirem, que se tornam donos do mesmo, mesmo que em apenas uma etapa.

Sobre os Operadores, há ainda a forma como os mesmos se relacionam entre si nas diferentes etapas da cadeia, identificadas na forma de linhas e setas:

- Setas pontilhadas simbolizam relações fracas ou relações de comercialização sem vínculos contratuais;



- Setas em linhas simbolizam relações fortes ou relações de comercialização com vínculos contratuais.



Tabela 3 – Identificação e Descrição da atuação dos operadores

Operador	Etapa de atuação	Descrição da atuação do operador
Extrativista	Produção / Extração / Beneficiamento	Principal ator da cadeia, que detém a posse e maneja a floresta para a produção de frutos de açaí.
Associação	Produção / Extração / Comércio	Organização social formal que representa a família agroextrativista na busca por políticas públicas para a produção e comercialização do açaí; a associação tem feito em muitos lugares a organização da produção para a venda do açaí, enfrentando os atravessadores.
Cooperativa	Produção / Extração/ Comércio	Associação de pessoas com interesses comuns, organizada de forma democrática entre seus cooperados e que tenha como fim o melhoramento econômico e social de seus associados. É mais adaptada para o comércio em comparação à associação por emitir nota fiscal; a cooperativa também organiza a produção para a venda do açaí, enfrentando os atravessadores.

Meeiro	Extração	Família ou indivíduos que recebem metade da produção de outra família, no serviço de ajudar a coletar nos açais de sua “propriedade”.
Atravessador Marreiteiro	Transporte	Agente intermediador da venda do açai que transporta a produção para os batedores locais na capital ou sedes municipais, além de repassar os atravessadores externos. Normalmente sua origem é próprio município onde “atravessa”. Vem perdendo ao longo dos últimos 10 anos sua força de aviamento sobre os extrativistas; porém, influenciam bastante as relações comerciais em muitos lugares remotos do Marajó onde as políticas públicas e a organização social são fracas.
Atravessador Externo	Transporte	Segundo agente intermediador da venda do açai que junta os frutos coletados pelo atravessador marreiteiro e os transporta para os locais de distribuição ou beneficiamento. Ainda possuem bastante força na cadeia de valor do açai.

Atravessador Financeiro	Transporte	Categoria de agente intermediador da venda do açai que além de realizar as funções dos atravessadores anteriormente citados, atua como financiador, emprestando dinheiro para batedores de açai a juros acima do mercado, para que estes possam comprar os frutos ou investir em maquinário.
Batedor de Açai	Distribuição/ Beneficiamento	Operador importante da cadeia de valor do açai a nível local, pois além de fazer a distribuição, transforma os frutos em vinho para consumo popular, sendo juntamente com o extrativista um dos principais “termômetros” da oscilação de preços no mercado.
Agroindústria	Beneficiamento	Indústria particular que recebe os frutos dos atravessadores para processamento, congelamento e armazenamento dos frutos para distribuição e venda a supermercados, restaurantes, etc.
Agroindústria da cooperativa	Beneficiamento	Indústria vinculada à cooperativa dos extrativistas que processa, congela, armazena e vende seus produtos a supermercados, restaurantes, etc.

Indústria de Cosméticos	Beneficiamento	Indústria particular que recebe os frutos dos atravessadores, associações ou cooperativas para extração dos princípios ativos do açaí e assim vendê-los para as grandes empresas do setor de cosméticos.
Restaurantes	Beneficiamento / Comércio	Setor de comércio que repassa o produto transformado (vinho ou polpa congelada) conforme seu interesse para o consumidor final.
Supermercados	Beneficiamento / Comércio	Setor de comércio que repassa o produto transformado (vinho ou polpa congelada) conforme seu interesse para o consumidor final
Sorveterias	Beneficiamento / Comércio	Setor de comércio que repassa o produto transformado conforme seu interesse para o consumidor final
Distribuidores	Comércio	Atua no armazenamento e distribuição dos itens produzidos pela indústria de cosméticos

PRESTADORES DE SERVIÇO

Símbolo:

Prestadores de serviço

São representados pelas tarjetas azuis. Têm atuação direta na cadeia, porém não se tornam detentores do produto, são apenas um meio.

Tabela 4 – Identificação e Descrição da atuação do Prestador de Serviço

Prestador de Serviço	Etapa de atuação	Descrição da atuação do Prestador de Serviço
Peconheiro	Extração	Designação local para quem extrai açaí, pago por produção de latas coletadas. Segundo Silva <i>et. al</i> , 2011, Um “bom peconheiro” pode coletar até 6 rasas/dia, o que corresponderia a aproximadamente 48 cachos. Muitos deles são adolescentes, começando e recebendo por seus trabalhos a partir dos 12 anos de idade.
Debulhador	Extração	Apesar de pouco comentado, o debulhador ganha cada vez mais espaço como prestador de serviço da cadeia de açaí, principalmente em lugares como São Sebastião da Boa Vista e Muaná. Muitas mulheres e crianças atuam na atividade de debulhar o açaí.
Atravessador Comunitário	Extração/ Transporte	Prestador de serviço que surgiu recentemente no município de Curralinho, cuja função é recolher a produção da comunidade ou associação para “escapar” dos atravessadores marreiros ou mesmo atravessadores externos. O pagamento ao atravessador comunitário adota preços acordados entre os membros da comunidade.
Carreteiro	Transporte	Componente da cadeia que atua nos portos das sedes municipais e capital embarcando e desembarcando a produção.
Fretista	Transporte	Componente da cadeia que transporta e distribui a produção de açaí na cidade de Belém para as agroindústrias ou agentes do comércio. Alguns possuem caminhão com câmara fria.
Estivador	Distribuição /	Componente da cadeia que atua nos grandes portos e nos armazéns das capitais embarcando e desembarcando a produção de açaí.

Agente Intermediador	Prestador de serviço que trabalha em articulações comerciais de venda e revenda, com pouco ou nenhum contato com a manipulação dos frutos.
Distribuição / Beneficiamento	
Agroindústria Terceirizada	Indústria particular que presta serviços de embalagem da polpa de frutas para associações.

SERVIÇOS DE APOIO

Símbolo:



São representados pelas tarjetas verdes. São os organismos de cooperação, atores que promovem melhorias de forma indireta para a cadeia através de serviços como assistência técnica, extensão e pesquisa, por exemplo.

Tabela 5 – Identificação e Descrição da atuação do Serviço de Apoio

Serviço de Apoio	Etapa de atuação	Descrição da atuação do Serviço de Apoio
Banco do Brasil	Produção / Extração / Transporte / Comercialização	Apoio através de financiamentos (Via Pronaf ⁴) e assessoria técnica para o manejo dos açais nativos, armazenamento, transporte e comercialização do açai
Banco da Amazônia	Produção / Extração / Transporte / Comercialização	Apoio através de financiamento (Via Pronaf) e assessoria técnica para o manejo dos açais nativos, armazenamento, transporte e comercialização do açai.
EMATER	Produção / Extração/	Prestador de assistência técnica do Governo do Estado do Pará com escritórios nos 16 municípios do Marajó. Mesmo com a falta de estrutura diante da logística regional, tem se mostrado uma referência técnica para os extrativistas.

⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Outras prestadoras de ATER	Transporte	Prestadoras de serviço de assistência técnica particulares contratadas a partir dos editais do MDA para atendimento das comunidades. Estão em fase de implantação de suas ações no Marajó.
SAGRI	Transporte	Secretaria Estadual de Agricultura que estabelece as políticas públicas para o meio rural. Seus maiores resultados no que se refere ao açai estão ligados aos trabalhos da EMATER, empresa vinculada.
SENAR	Produção / Extração	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural que tem realizado capacitações em manejo de açais e técnicas de manipulação de frutos.
SEBRAE	Produção / Extração	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – tem atuado em capacitações de manejo e empreendedorismo.
UFRA	Produção/ Beneficiamento	Com projetos voltados para o fortalecimento da produção e da gestão comunitária da comercialização do açai. Nos últimos anos teve ações nos municípios de Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Breves e Portel.
UFPA	Produção/ Beneficiamento	Com projetos científicos para o fortalecimento da produção e da gestão na comercialização do açai.

<p>ONGs e Fóruns de debate territorial</p>	<p>Produção / Extração</p>	<p>Nos últimos 3 anos, ONGs como o Instituto Peabiru realizaram pesquisas para entender a nova posição do açaí no contexto econômico regional e nacional. Além disso, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó (CODETEM) tem levado aos órgãos governamentais os problemas causados da falta de monitoramento da produção do açaí, cobrando ensino profissionalizante para o uso dos recursos naturais no Marajó.</p> <p>Centro de excelência em pesquisa que tem realizado pesquisas em manejo do açaizal nativo e desenvolvimento da variedade BRS para plantações.</p> <p>Laboratórios Nacionais Agropecuários que monitoram a qualidade do açaí vendido, inspecionando procedimentos de armazenamento e transporte dos frutos.</p> <p>Laboratório credenciado pelo Estado ou município que monitora a qualidade do açaí para consumo humano. O LACEN da Secretaria Municipal de Saúde de Belém, por exemplo, tem atuado no monitoramento de contaminações do açaí pelo <i>Tripanossoma cruzi</i>, causador do Mal de Chagas.</p> <p>Banco que apoia o beneficiamento de frutas do açaí através de financiamentos.</p>
<p>EMBRAPA</p>		
<p>LANAGRO</p>		
<p>LACEN</p>		
<p>BANPARÁ</p>		

ORGANISMOS REGULADORES

Símbolo:



São representados pelas tarjetas rosas. Órgãos governamentais, responsáveis pelo cumprimento das leis, normas e procedimentos.

Tabela 6 – Identificação e Descrição da atuação e regulamentação

Órgãos Reguladores	Etapa de atuação	Descrição da atuação do Serviço de Apoio
SEMA	Produção/ Extração	Tem licenciado a atividade de manejo de açaiuais. Contudo, desde publicação da resolução 107 do COEMA de 08 de março de 2013, há a dispensa de licenciamento estadual, passando esta atribuição aos municípios.
SEMMA	Produção/ Extração / Transporte	Com a resolução 107 do COEMA, as SEMMAs passam a terem o papel de monitorarem o manejo de açaiuais.
ICMBIO	Produção / Extração	Tem atuação nas 06 unidades de conservação do Marajó, sendo o responsável pelo acompanhamento do uso florestal dos açaiuais em cerca de 850 mil hectares de floresta.
IBAMA	Produção / Extração	Junto com o ICMBIO, fiscalizam a nível federal a atividade florestal no Marajó.
MAPA	Transporte / Distribuição	Fazem a inspeção a nível federal no momento do transporte, distribuição e beneficiamento.
ADEPARÁ	Produção / Extração	Fazem a inspeção a nível estadual no momento do transporte, distribuição e beneficiamento.
ANVISA	Produção / Extração	Fazem a inspeção a nível federal da qualidade do açai para o consumo humano, sobretudo nas áreas de distribuição, beneficiamento e comércio.
VISA ESTADUAL	Produção/ Beneficiamento	Fazem a inspeção a nível estadual da qualidade do açai para o consumo humano, sobretudo nas áreas de distribuição, beneficiamento e comércio.
SECON	Produção/ Beneficiamento	Secretaria Municipal de Economia que analisa o desempenho da venda do açai no mercado local.

3.2 Mapa da Cadeia de Valor do Açai do Marajó

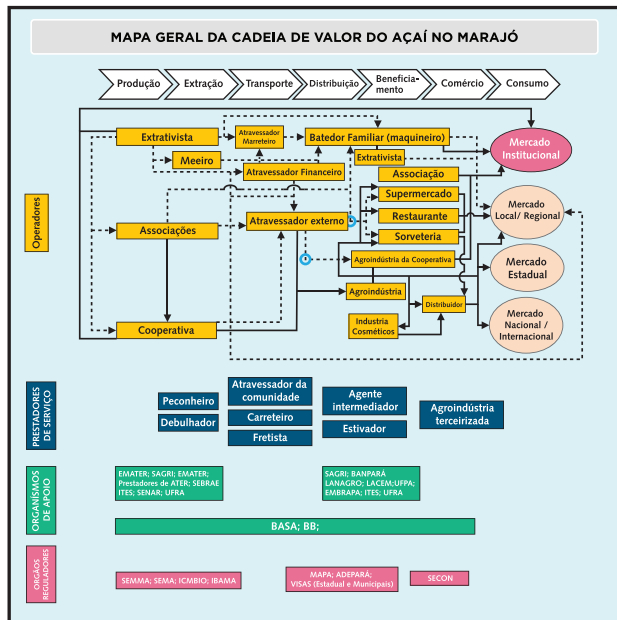


Figura 1 – Mapa da Cadeia de Valor do Açai no Marajó

4

4.1 Gargalos e Oportunidades

Gargalos	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de cooperativas de extrativistas; • Descapitalização das cooperativas de extrativistas; • Informalidade; • Falta de capital social nas comunidades; • Falta de padronização para as unidades de medida; • Falta de padronização no acondicionamento do fruto; • Falta de higiene dos transportes (barcos); • Dificuldade no acesso à certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento em 2 vezes da produção; • Cooperativas de extrativistas fortalecidas e certificadas; • Rendimento e qualidade da produção; • Geração de emprego e renda para a população; • Melhorar a economia na região; • Planos de manejo aprovados; • Criação de rede.

Figura 2 – Lista dos Gargalos e Oportunidades da Cadeia de Valor do Açaí no Marajó

4.2 Visão de Futuro

“Como queremos o açaí do Marajó em 2018?”.

“O açaí do Marajó com maior inserção no mercado e valor agregado devido à implementação de boas práticas agrícolas e de beneficiamento, no próprio território, por agroindústrias cooperadas e batedores familiares e com certificações de origem e orgânica”

Figura 3 – Visão de Futuro do Arranjo Produtivo Local – APL do açaí do Marajó

4.3 Plano de Ações

O Plano de Ação estabeleceu dois grandes eixos de atuação:

- Fortalecimento das organizações
- Integração Regional

4.3.1 Fortalecimento das organizações

Oficinas de boas práticas, manejo, organização social e financeira

A partir da constatação da carência de informações sobre boas práticas de manejo, debilidade da organização social e financeira por parte dos extrativistas, estabeleceu-se um conjunto de 6 ações para que se realize esta atividade:

1. Identificação do público-alvo;

2. Demandar aos órgãos competentes oficinas de boas práticas agrícolas e de manejo;
3. Demandar aos órgãos competentes oficinas de fortalecimento organizativo;
4. Demandar aos órgãos competentes oficinas de educação financeira;
5. Demandar aos órgãos competentes oficinas de manipulação;
6. Demandar aos órgãos competentes oficinas de empreendedorismo.

Implementação das Boas Práticas

Como forma de acompanhar a eficácia da realização das ações previstas na atividade anterior, pensou-se nesta atividade que prevê apenas uma ação: Demandar à rede de parceiros o monitoramento.

Incentivo a criação de agroindústrias cooperadas

A necessidade de organização dos extrativistas, da sua produção e de agregar valor para seus produtos no próprio território, gerou duas ações necessárias para a efetivação desta atividade:

1. Buscar parcerias e/ou financiamentos para a implantação de agroindústrias cooperadas;
2. Demandar capacitações de gestão de agroindústrias.

4.3.2 Integração regional

Criar rede de parceiros institucionais

A quase ausência de diálogo entre as diferentes instituições que compõem os elos da cadeia, suscitou a necessidade em se estabelecer uma rede de instituições, além do Núcleo Gestor. Como forma de atingir esta finalidade, pensou-se num conjunto de 3 ações:

1. Criar banco de dados com informações acadêmicas e Institucionais;
2. Identificar potenciais parceiros;
3. Articular e formalizar parcerias.

Criar rede de informação entre as comunidades

Há no Marajó experiências comunitárias positivas em boas práticas do açaí que poderiam servir de modelo à outras localidades, através de intercâmbios e trocas de experiências. Visando promover estas trocas de saberes é que foram elaboradas 3 ações:

1. Elaborar uma rede de contatos - com o maior número de ramificações;
2. Provocar intercâmbios com organizações locais;
3. Socializar resultados desta oficina [Planejamento Estratégico das cadeias de valor] com as comunidades.

Estabelecer parâmetros de qualificação, quantificação e certificação

Um dos gargalos identificados foi a falta de padronização das unidades de medida entre os extrativistas. Historicamente os extrativistas comercializam o açaí em rasas⁵ e o mercado consumidor em quilo. A partir desta problemática é que se elaborou 2 ações:

1. Buscar parcerias para as certificações;
2. Demandar ações para a uniformização das unidades de medida.

Implementação de Entrepostos

Uma estratégia de comercialização destacada, onde as comunidades conseguem inverter a relação de poder com os atravessadores e, por conseguinte, comercializar o açaí a um preço mais justo, foi os entrepostos. Esses entrepostos ficam

⁵ Rasa é um tipo de cesto feito de palha onde o fruto do açaí, depois de retirado dos cachos, é depositado e posto à venda. Estes cestos variam de dimensões, a depender da localidade, e acabam variando de peso, entre 13 e 15 quilos.

em pontos estratégicos numa localidade (um determinado trapiche no rio), onde as famílias das localidades mais distantes deixam sua produção e assim conseguem preços mais justos junto aos compradores (atravessadores)⁶. Como forma de difundir estas experiências, foram pensadas 2 ações:

1. Levantamento de informações e experiências;
2. Acessar a rede de parceiros para a implementação.

⁶ Os atravessadores, devido a dispersão das casas ao longo dos rios, acabam negociando a produção dessas famílias à preços estipulados por eles mesmos, devido as distâncias que este atravessador percorre e a incapacidade de a família ter outro comprador. Com os entrepostos essa relação se inverte. A comunidade como um todo consegue aumentar o volume da produção e atrair outros compradores que economizam tempo e recursos podendo assim pagar um preço mais justo. Ganham os atravessadores por economizarem tempo e recursos e ganham as famílias que, trabalhando juntas, conseguem um preço mais justo pela sua produção.

Tabela 7 – Matriz Lógica do Plano de Ações do APL do Açai do Marajó

Matriz Lógica do Plano de ação do APL do Açai do Marajó					
Objetivos	Atividades	Ações	Prazos	Animador	Indicadores
Fortalecimento das Organizações Locais	Oficinas de boas práticas, manejo, organização social e financeira	Identificação do público-alvo	Curto	PEABIRU	Uma lista com a identificação do público alvo
		Demandar aos órgãos competentes oficinas de boas práticas agrícolas e de manejo	Médio	SAGRI, CNS	Todas as pessoas apontadas na lista capacitadas
		Demandar aos órgãos competentes oficinas de fortalecimento organizativo	Médio	SENAR	Todas as pessoas apontadas na lista capacitadas

Objetivos	Atividades	Ações	Prazos	Animador	Indicadores
Fortalecimento das Organizações Locais	Oficinas de boas práticas, manejo, organização social e financeira	Demandar aos órgãos competentes oficinas de educação financeira	Médio	CODETEM	Todas as pessoas apontadas na lista capacitadas
		Demandar aos órgãos competentes oficinas de manipulação	Médio	SESPA	Todas as pessoas apontadas na lista capacitadas
	Implementação das Boas Práticas	Demandar aos órgãos competentes oficinas de empreendedorismo	Médio	SENAR	Todas as pessoas apontadas na lista capacitadas
		Demandar à rede wde parceiros o monitoramento	Longo	CODETEM	Monitoramento das atividades de todo o público alvo

Objetivos	Atividades	Ações	Prazos	Animador	Indicadores	
Fortalecimento das Organizações Locais	Incentivo a criação de agroindústrias cooperadas	Demandar Estudos de Viabilidade	Longo	COPMAR	3 estudos realizados e entregues	
		Buscar parcerias e/ou financiamentos para a implantação de agroindústrias cooperadas	Longo	COPMAR, BANCO DA AMAZÔNIA	3 convênios firmados	
						3 agroindústrias cooperadas em funcionamento
						3 redes de parceiros firmada

Objetivos	Atividades	Ações	Prazos	Animador	Indicadores
Fortalecimento das Organizações Locais	Incentivo a criação de agroindústrias cooperadas	Buscar parcerias e/ou financiamentos para a implantação de agroindústrias cooperadas	Longo	COPMAR, BANCO DA AMAZÔNIA	2 financiamentos garantidos
		Demandar capacitações de gestão de agroindústrias	Longo	COPMAR	Resultados produtivos e financeiros das Agroindústrias
Integração Regional	Criar rede de parceiros institucionais	Criar banco de dados com informações acadêmicas e Institucionais	Médio	PEABIRU	Um banco de dados Criado
		Identificar potenciais parceiros	Curto	CODETEM	Uma lista com os potenciais parceiros elaborada

Objetivos	Atividades	Ações	Prazos	Animador	Indicadores
Integração Regional	Criar rede de parceiros institucionais	Articular e formalizar parcerias	Curto	CODETEM	Ofícios protocolados junto aos potenciais parceiros apontados
					Reuniões com os potenciais parceiros realizadas
					Documento de apoio emitido pelo potencial parceiro, formalizando a parceria
Integração Regional	Criar rede de informação entre as comunidades	Elaborar uma rede de contatos - com o maior número de ramificações	Curto	PEABIRU, COPMAR	uma lista com a Rede de contatos elaborada

Objetivos	Atividades	Ações	Prazos	Animador	Indicadores
Integração Regional	Criar rede de informação entre as comunidades	Provocar intercâmbios com organizações locais	Curto	CODETEM, COPMAR	3 intercâmbios realizados
		Socializar resultados desta oficina com as comunidades	Curto	STTR-BAGRE, CNS	11 comunidades informadas sobre a oficina
Integração Regional	Estabelecer parâmetros de qualificação, quantificação e certificação	Buscar parcerias para as certificações	Médio	SAGRI	Lista com potenciais parceiros elaborada
					Ofícios protocolados junto aos potenciais parceiros apontados

Objetivos	Atividades	Ações	Prazos	Animador	Indicadores
Integração Regional	Estabelecer parâmetros de qualificação, quantificação e certificação	Buscar parcerias para as certificações	Médio	SAGRI	Reuniões com os potenciais parceiros realizadas
					Documento de apoio emitido pelo potencial parceiro, formalizando a parceria
Integração Regional	Demandar ações para a uniformização das unidades de medida		Médio	ADEPARÁ	2 ações realizadas

Objetivos	Atividades	Ações	Prazos	Animador	Indicadores
Integração Regional	Implementação de Entrepósitos	Levantamento de informações e experiências	Médio	CODETEM, RESEX-GURUPÁ/MELGAÇO	Um relatório elaborado
		Acessar a rede de parceiros para a implementação	Médio	CODETEM	um entreposto implementado

5

Com o Plano de ações elaborado, criou-se o fórum responsável pela sua implementação. Durante a execução do Projeto, este Núcleo de discussões e acordos acabou tendo a função extra de pactuar a realização de atividades e momentos de esclarecimentos entre seus participantes, representantes de todos os elos da cadeia.

Em algumas reuniões do Núcleo, houve a necessidade de se ampliar o debate para além do Plano de Ações, ou mesmo para que se pudesse debruçar sobre problemas mais acentuados previstos no Plano. Nestes momentos, o Núcleo convoca órgãos do governo, como a Secretaria da Fazenda do Estado do Pará - SEFA e a Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do Pará – SEGUP/PA. A primeira para responder a questionamentos dos extrativistas sobre a emissão de notas fiscais, tendo em vista a dificuldade para a comercialização

formal do açaí fruto pelo extrativista, e a segunda devido ao grave problema de pirataria que algumas regiões do Marajó sofrem, o que inviabiliza o escoamento da produção, pois põe em risco a vida dos transportadores do fruto, que em muitos casos também são os extrativistas.

Este Núcleo foi formado durante a Oficina de Planejamento Estratégico num processo de votação direta, onde os presentes se voluntariavam, enquanto representantes de suas entidades, formando assim uma lista de entidades. Esta lista foi ao final validada por todos os presentes. Abaixo segue a relação das entidades escolhidas a compor o Núcleo Gestor do APL do açaí do Marajó:

Tabela 8 – Relação das entidades que compõem o Núcleo Gestor do APL do açaí do Marajó

NÚCLEO GESTOR APL DO AÇAÍ MARAJOARA
1- SESPA
2-BASA
3-SAGRI
4-EMATER
5-ADEPARÁ
6-SENAR
7-ICMBio
8-CNS
9-COPEMAR-MUANÁ
10-AMOREMA-MAPUÁ/BREVES
11-CODETEM
12-RESEX GURUPÁ MELGAÇO
13-STTR BAGRE
14-ATAA - PORTEL
15-AAGRICAÇAIVN-CHAVES
16-CENTRAL DE ASSOCIAÇÕES-CURRALINHO
17- INSTITUTO PEABIRU
18-STTR-AFUÁ

6

O processo de mapeamento da cadeia de valor do açaí marajoara trouxe à tona vários obstáculos que impactam diretamente no Arranjo Produtivo Local, principalmente nos elos da cadeia em que atua diretamente o extrativista, impedindo que este tenha efetivo poder de negociação. Porém, diversas estratégias locais são percebidas como tentativa de burlar esta lógica. Mesmo ainda com a presença significativa dos atravessadores marreiros na região marajoara, seu poder de aviamento sobre os extrativistas diminuiu sensivelmente graças a vários fatores como as políticas sociais de transferência de renda e a maior capacidade do extrativista em locomover-se e de se comunicar, fortalecendo arranjos comunitários de comercialização. Não obstante tais avanços, muitos são os casos onde os preços ainda são ditados por esses atravessadores externos.

O mapeamento demonstrou a necessidade e vontade de o extrativista organizar-se comercialmente por meio

de associações e cooperativas. Essas organizações, criadas a princípio por motivações exógenas, como obtenção benéficos, hoje as associações comunitárias tem um novo foco de trabalho projetado para o desenvolvimento local e geração de emprego e renda. No amadurecimento destes debates o cooperativismo parece ser um caminho inevitável para os marajoaras, exigindo destes maior profissionalização.

Percebe-se ainda, diversas fragilidades na cadeia de valor do açaí no Marajó, entre as quais destaca-se a escassa rede de relações formais. Hoje para o produtor extrativista há poucas formas de manter relações formais de comercialização, somente através das Cooperativas e Associações. A baixa bancarização do Marajó é outro fator relevante para a informalidade. Soma-se o fato de as prefeituras estarem longe de incentivar a produção e mesmo monitorar o uso dos açazais. A extração de palmito é irregular nos municípios, sem estatística e sempre

pairando o risco do corte predatório.

Ainda em relação ao monitoramento, pouco se avançou neste quesito sobre a produção de frutos. Acredita-se que os números do IBGE subestimam a capacidade produtiva do Marajó e que os municípios precisam estruturar-se para gerar estatística mais próxima da realidade. Neste ponto, pesquisa e desenvolvimento são estratégias pouco investidas na região pelas instituições que devem prestar este serviço. Na maioria das vezes, segundo os participantes da oficina, os estudos são feitos para ficarem “na gaveta” e de modo geral não retornam suas propostas em ações para a população ou apresentam olhares que contradizem com o cotidiano ribeirinho.

Outra constatação importante é a consolidação da prestação de serviços do peconheiro. O registro destes atores é relevante para garantir futuramente direitos e boas condições de trabalho a este ator antes desconhecido na

economia do Estado.

O beneficiamento ainda é gargalo para a produção de açaí no Marajó. Mesmo tendo havido algum incremento em agroindústrias ligadas à cooperativas de extrativistas, como no caso de Muaná e Breves, pouco é investido na verticalização da produção na região.

O estabelecimento de mercados institucionais também surge como uma oportunidade real de contratos entre Estado e extrativistas (via associação ou cooperativa), através de políticas públicas como o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PAA, a Política Nacional Aquisição para Merenda Escolar – PNAE, através da política de garantia de preços mínimos exercido pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Sendo esta relação de mercado a única que apresenta formalidade na compra e venda ligados aos extrativistas.

Para este grupo que participou da construção do planejamento estratégi-

co do APL do açaí marajoara, algumas dificuldades na produção-comercialização do açaí precisam ser superadas. Na oficina, muitos depoimentos defendem as boas práticas de manejo como ponto de partida para assegurar a manutenção dos estoques de açaizais e por consequência, produção de frutos. Os beneficiários devem também ser empoderados com informações mais detalhadas sobre todas as etapas da cadeia, identificando os diferentes papéis que os extrativistas exercem como o de peconheiro, de debulhador, de meeiro etc.

Outro ponto sensível diagnosticado durante o mapeamento diz respeito às políticas públicas, estas ainda insuficientes para dar competitividade ao açaí marajoara, principalmente na esfera educacional. Ao adotar a lata/rasa como referência de comercialização, o marajoara tem dificuldades de acompanhar as referências governamentais de preço mínimo, padronizadas em quilo; e, sobretudo ter a mesma medida das em-

presas exportadoras, em preços/toneladas. Esta matemática simples poderia ser pauta das escolas municipais e estaduais, mas o diálogo entre o meio rural e os conteúdos pedagógicos se encontram ainda distantes.

Como se pode constatar, no tange ao uso do açaí, seja na produção/extração, seja na comercialização, as instituições de pesquisas e ensino precisam muito caminhar em seus métodos para gerar resultados que de fato mudem a vida da população local.

De forma geral, percebe-se que projetos como este têm o potencial transformador por trazerem, de forma participativa, os diversos atores sociais envolvidos no território a construir o conhecimento sobre seu objeto de atuação, neste caso a cadeia de valor do açaí, para poderem, através de processos reflexivos, pensarem ações para seu desenvolvimento.



GTZ. **Manual Value Links – B**: Metodologia de promoção das cadeias de valor da sociobiodiversidade, 2008.

GTZ. **Manual Value Links**: Metodologia de promoção da cadeia de valor, 2007.

INSTITUTO PEABIRU. **Diagnóstico das Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas do Marajó**, 2011.

INSTITUTO PEABIRU. **Diagnóstico Socioeconômico, Ambiental e Cultural do Arquipélago do Marajó** - Escuta Marajó. Versão para diagramação. Relatório Técnico, 2011.

MDA. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/marajpa/onecommunity?page_num=0> Acesso em: 29/10/2013.

MMA; MDA; MDS. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**, 2009.

8

Hermógenes J. Sá de Oliveira⁷

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, a Amazônia não alcançou promover seu desenvolvimento de forma duradoura e permanente (HOMMA, 2012), prevalecendo de forma continuada a lógica produtivista na ocupação do território, concentrada na implantação de infraestruturas energéticas e de transportes para atender os interesses de grandes empreendimentos agroexportadores ou complexos industriais, o que não conseguiu melhorar as condições de vida de seus povos e populações tradicionais (PEIXOTO, 2009). Muito pelo contrário, a miséria e a pobreza ditam as condições de vida da maioria das comunidades tradicionais e de assentamentos, de agricultores familiares e extrativistas, resultado dos diversos ciclos econômicos fortemente apoiados na utilização e destruição de seus recursos naturais e de seus meios de vida. Soma-se a isso a dificuldade de se criar alternati-

⁷Coordenador Geral do Instituto Peabiru e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM) - NUMA/UFPA

vas de renda e emprego para o conjunto dessas pessoas (HOMMA, 2012).

Contudo, a reação dos diversos setores da sociedade e do aumento das exigências e condicionantes ecológicas/sustentáveis de organismos internacionais de financiamento nas últimas décadas acabaram por estimular o surgimento de novos conceitos e práticas econômicas alternativas para o desenvolvimento da Amazônia (MORETTO et al., 2012; ZHOURI & LASCHEFSKI, 2010).

Nesse novo contexto institucional, a “Floresta em Pé” resignifica o extrativismo vegetal agora como estratégia de desenvolvimento inclusivo e sustentável. Frutas, óleos essenciais e serviços prestados pela floresta são os novos ativos. São bens e serviços da biodiversidade brasileira e amazônica, mas são também produtos indissociáveis da cultura, dos meios de vida dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, direcionados à formação de cadeias produtivas de interesse dessas populações da floresta, que contribuem para a manutenção e valorização das práticas e saberes, assegurando os direitos decorrentes, gerando

renda e promovendo a melhoria de qualidade de vida e a conservação do ambiente em que vivem. São assim produtos da sociobiodiversidade (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009). Para as comunidades tradicionais, o território é o patrimônio de socialização do grupo que garante a produção e reprodução da comunidade como um todo, dentro de princípios de reciprocidade e coletividade mais do que competitividade (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Não somente na Amazônia, se multiplicam por todo o Brasil projetos que indicam o potencial de competitividade das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, demonstrando um caminho possível para o desenvolvimento sustentável (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009). No entanto, esses produtos esbarram em uma série de limitantes de ordem estrutural que impedem a ampliação e reprodução de experiências bem sucedidas (falta de regularização fundiária que impossibilita o acesso

ao crédito e licenciamento dos projetos); falta de infraestrutura (transporte e energia); elevadas taxas de analfabetismo (barreira aos processos de gestão e capacitação adequados); imensas lacunas de conhecimento nas áreas de produção, manejo, beneficiamento e industrialização (relacionados à biodiversidade); e falta de assistência técnica (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2009).

AÇAÍ: O PRODUTO DA SOCIOBIODIVERSIDADE DA AMAZÔNIA EM DESTAQUE

Há, contudo, uma cadeia da sociobiodiversidade que desponta no mercado com vantagens competitivas e potencial diferenciados: o açaí (*Euterpe oleracea Martius*). O açaí é uma palmeira que ocorre, principalmente, ao longo da extensão do estuário do Rio Amazonas, do Maranhão ao Amapá e no Pará (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1998); presente ao longo dos rios e igarapés, como também nos solos de terra firme (YUYAMA et al., 2013).

O açaí é o alimento-base de mais de três milhões de pessoas na Amazônia oriental e somente em

Belém do Pará, o açaí é oferecido em mais de três mil pontos de venda nos diversos bairros da cidade (MEIRELLES FILHO, 2006). Os pontos de venda que, em um passado recente, concentravam-se em bairros periféricos, hoje estão também presentes em grandes redes de supermercados, academias de esporte e lanchonetes do Pará (NOGUEIRA et al., 2013).

Com demanda crescente e superior à oferta, a nova dinâmica do mercado do açaí se caracteriza por mudanças estruturais ocorridas nos últimos anos, como por exemplo, a expansão dos açaiáis manejados em áreas de várzeas e o incremento de novas técnicas de manejo em áreas de terra firme (NOGUEIRA et al., 2013; SILVA et al., 2006). Recentemente, nas comunidades extrativistas de açaí é inegável a geração de vantagens socioeconômicas para os produtores (SILVA et al., 2006), com uma clara elevação da renda e do poder aquisitivo das famílias extrativistas.

A SOCIOBIODIVERSIDADE COMO OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Contudo, em observações empíricas em diversas comunidades extrativistas de açaí da região do Marajó e das Ilhas de Belém no Pará percebe-se que as melhorias de renda resultantes da comercialização do fruto restringem-se a bens de consumo duráveis (geladeira, motor, barco etc.) e não duráveis que se limitam à unidade familiar, o que em absoluto não é ruim; o fato negativo é que a renda local não está produzindo acúmulo de capital ou gerando bens sociais.

De forma ampla, não tem havido nos territórios melhorias do acesso à educação, saneamento, transporte e saúde e tampouco o incremento de bens de capital relacionados à melhora das condições coletivas e/ou comunitárias da produção e comercialização. Os processos locais em curso devem ser estimulados a aproveitar o potencial da atividade para criação e difusão de inovações e do conhecimento no sistema produtivo; aprimoramento da organização da produção; desenvolvimento de economias de

aglomeração e de economia de diversidade no território; e para o fortalecimento institucional dos municípios, determinantes que neutralizam a tendência ao estado estacionário da atividade econômica no território, de acordo com o desenvolvimento local endógeno (BARQUERO, 2001).

A teoria do desenvolvimento endógeno entende a acumulação de capital e o desenvolvimento tecnológico como fatores-chave para o desenvolvimento autossustentado endógeno, ao contribuir para a geração de economias de escala e economias externas e internas, reduzirem custos totais e de transação, e favorecerem a diversificação da economia.

Esse modelo alternativo de desenvolvimento considera, conforme Barquero (2001) e Santana (2008), a unidade de produção e/ou grupos produtivos como uma instituição com capacidade de articular fornecedores e a cadeia de suprimentos, clientes e os diversos *stakeholders* para movimentar e dinamizar a economia de baixo para cima. Nesse sentido, as atividades de caráter socioprodutivas, culturalmente ligados ao território, são potencializadas por mecanis-

mos de mercado. O desenvolvimento endógeno ao explicar os processos que colaboram para o acúmulo de capital e identificar mecanismos para o incremento da produtividade e competitividade nos territórios torna-se uma teoria voltada para a ação.

CONSIDERAÇÕES

Nesse sentido, é fundamental o aprofundamento de pesquisas que avaliem como a economia gerada pelo açai está, enquanto produto da sociobiodiversidade, estimulando condições para o desenvolvimento local e gerando retornos sociais ao território. É importante investigar o incremento da renda local, acúmulo de capital e organização da produção relacionadas; entender a percepção de comunidades sobre a efetividade das políticas públicas, a presença do Estado no território e a complexidade institucional; diagnosticar a organização social relacionada a essa cadeia produtiva no território; identificar o surgimento de bens coletivos, inovações, difusão do conhecimento e outras externalidades relacionadas.

A cadeia produtiva do açai deve ser analisada em termos de retorno social e impactos relacionados ao desenvolvimento local com o levantamento de indicadores de renda, efetividade de políticas públicas, organização social, produção e sustentabilidade, acumulação de capital, inovações e bens coletivos (externalidades positivas).

As comunidades extrativistas do açai, em sua maioria, apesar do grande potencialidade natural e de conhecimentos tradicionais, apresentam graves restrições relacionadas à ausência do Estado e do mercado consolidado. Nesse sentido, faz-se necessário realçar a importância do papel dos atores locais nas melhorias das condições de vida da localidade nos últimos anos, que foi permitida pela interação entre as pessoas e grupos sociais (capital social), por meio da cultura e do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, A. V. Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização. Porto Alegre: FEE, 2001.

HOMMA, Alfredo K. O. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Rural da Amazônia: Parcerias Estratégicas. 17 (34), junho 2012. Cap. 5. p.107 – 130.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. Livro de Ouro da Amazônia. 5 edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Produtos Potenciais da Amazônia. Brasília, 1998. 19v.

MORETTO, Evandro Mateus et al. Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira amazônica. Ambiente e Sociedade, vol. XV, n.3, set/dez 2012.

NOGUEIRA, Ana Karlla Magalhães et al. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. Revista Ceres, Viçosa, v. 60, n.3, p. 324-331, mai/jun, 2013.

PEIXOTO, Rodrigo. Caminhos e Descaminhos do Desenvolvimento Territorial no Pará. In: ROCHA [et al.] Territórios de desenvolvimento e ações públicas. Belém: EDUFPA, 2009.

SANTANA, A. C. de. Cadeias produtivas setoriais e o curso do desenvolvimento local na Amazônia. In: Agricultura Tropical: quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Brasília: Embrapa, 2008. v. 2, p. 275-291.

Silva IM da, Santana AC de & Reis MS (2006) Análise dos retornos sociais oriundos de adoção tecnológica na cultura do açaí no Estado do Pará. Amazônia: Ciência & Desenvolvimento, 2:25-37.

YUYAMA, Lucia K. et al. Fruteiras da Amazônia: potencial nutricional. Manaus: Editora INPA, 2013.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Instituto Peabiru

peabiru@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

Rua Ó de Almeida, 1083 | Reduto

66053-190 | Belém - PA

+55 91 3222 6000

f /peabiruinstituto

🐦 @InstPeabiru



Lupa Marajó

CODETEM
Colegiado de
Desenvolvimento
Territorial do Marajó



Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

ISBN 978-85-62231-04-9



9 788562 231049